



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638401 - MG (2021/0000738-6)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
IMPETRANTE : MARLON EMANUEL DIAS SOARES
ADVOGADO : MARLON EMANUEL DIAS SOARES - MG183463
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : WANDERLEY FERREIRA DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WANDERLEY FERREIRA DE SOUZA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.601671-9/000).

O paciente foi preso em flagrante delito no dia 20/6/2018, pela prática do delito previsto no art. 157, § 2º, II, do Código Penal, e desde então encontra-se recolhido preso no Presídio Regional de Montes Claros – MG.

Sobrevindo nova sentença penal condenatória transitada em julgado, teve reconhecida a falta grave e revogado o benefício da prisão domiciliar que gozava à época.

Sustenta que a decisão que reconheceu a falta grave não se atentou para a data da última prisão do paciente (20/6/2018), pois houve equívoco provocado por pessoa homônima também no sistema prisional, cuja guia de execução fora erroneamente juntada ao processo executório do paciente.

Requer, liminarmente, a fixação da data da última prisão do paciente (20/6/2018) para a concessão de novos benefícios. No mérito, pugna pela concessão definitiva da ordem para que seja fixada a data da última prisão como marco para novas benesses.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, *c/c* o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente